

Balanco Social para Organizações Sociais
Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro
RJ, 21 de agosto de 2006



O IBASE foi convidado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro a apresentar o modelo de Balanço Social para organizações sociais durante a 105ª Assembléia Ordinária do CMAS/RJ, que contou com a participação de conselheiros municipais e representantes de instituições sociais como a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social, da Federação das Instituições Beneficentes do Estado Rio de Janeiro entre outras presentes.

A apresentação foi realizada pela coordenadora do Balanço Social no Ibase, Cláudia Mansur, que contou um pouco da história do Ibase e do processo de elaboração dos modelos de Balanço Social para as empresas e para as organizações sociais.

O modelo de BS para empresas foi lançado em 1997, poucos meses antes da morte do seu idealizador, o Betinho. O objetivo era fazer com que as empresas prestassem contas sobre os seus investimentos de modo mais transparente. Esse processo foi iniciado num momento em que o país começava a vivenciar mais participação política através de movimentos sociais e que marca o início do fenômeno que ficou conhecido como responsabilidade social empresarial. Este modelo hoje apresenta sua 4ª. versão, incorporando as demandas surgidas ao longo dos anos por representantes de organizações sociais interessadas nos temas da responsabilidade social como consumidores, gênero e raça/etnia, trabalhadores etc.

Já o modelo de BS para organizações sociais foi elaborado no ano de 2003 com a participação de aproximadamente 30 representantes de 12 organizações sociais que se reuniram com o objetivo de adequar o modelo já existente à realidade das organizações.

A iniciativa surgiu pela necessidade de prestar contas sobre os recursos recebidos pelas instituições e de colocar em prática aquilo que as Ongs cobram das empresas, ou seja, transparência e prestação de contas.

Cláudia Mansur afirma que as organizações, assim como as empresas, empregam recursos em áreas sociais e a sociedade, em ambos casos, tem o direito de saber como e onde foram aplicados esses recursos, até mesmo para que possa participar mais.

Cada item do BS foi apresentado seguido de um breve comentário acerca de seus objetivos.

Durante o debate com a platéia, foi dito que o BS para Organizações Sociais favorece o trabalho das empresas que pretendem investir em uma ONG pois através desse instrumento elas podem conhecer a situação financeira da organização. Segundo colocação de um dos presentes *“as empresas sabem ler apenas números e as organizações têm dificuldades em apresentar esses números da real situação que vivenciam”*.

Uma conselheira municipal questionou se o instrumento permitia o relato do recebimento de doações, já que muitas organizações recebem poucos recursos

financeiros e muitas doações em forma de alimentos, remédios, roupas, móveis, equipamentos e outros tipos de materiais que se convertem em recursos indiretos para a instituição. O modelo proposto permite que sejam relatados os números de pessoas e entidades beneficiadas com uma ação, mesmo que não haja desembolso financeiro.

Cláudia destacou a importância da transparência das organizações sociais que durante anos cobraram um comportamento ético e transparente por parte das empresas. Além disso, acrescentou que *“considera a responsabilidade social um movimento irreversível”* no processo democrático que afeta a todos.

A coordenadora acrescentou que *“o modelo de Balanço Social é um instrumento construído a muitas mãos e deve ser mudado a muitas mãos”*, não está fechado e assim como o de empresas, deve ser alvo constante de revisão. Para que este instrumento seja adequado à realidade das diversas organizações sociais é fundamental que ele seja utilizado e as demandas encaminhadas ao Ibase.

Outro aspecto que merece destaque com relação ao BS é que as organizações passam a utilizar o instrumento para fazer uma auto-avaliação e com base nas metas estabelecidas buscar mudanças institucionais tanto internas quanto externas nos trabalhos que realizam.

Por fim, Cláudia Mansur destacou que o papel do Ibase não é dizer se a instituição é ou não socialmente responsável, mas servir como um intermediador social que apresenta publicamente um instrumento que permite avaliar isso. Para a coordenadora, cabe à sociedade e aos atores sociais envolvidos avaliar o comportamento daquela instituição.

Responsabilidade Social e Ética nas Organizações - IBASE
Red Puentes Brasil